



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

RUA BATALHA REIS, N.º 81, 2.º DTO.
6300-668 GUARDA

Proposta de Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para a Prestação de Contas de 2015

Município de Vila de Rei

13 de Agosto de 2015



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 - Capital social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

Exmo. Senhor Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI
Praça Família Mattos e Silva Neves
6110 - 174 Vila de Rei

Guarda, 13 de Agosto de 2015

ASSUNTO: Apresentação de Proposta – Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para a Prestação de Contas do Ano de 2015

Exmo. Senhor,

Na sequência do vosso convite de 10/08/2015 para a prestação de serviços de auditoria externa ao Município de Vila de Rei, submetemos à apreciação de V. Exas. a nossa proposta para a Prestação de Serviços em causa, para efeitos do disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

Atendendo que os procedimentos objeto de análise nas Autarquias Locais ocorrem essencialmente no mesmo período da execução dos atos e factos, teremos por base uma auditoria de acompanhamento / concomitante.

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada, ficando, naturalmente, na expectativa da vossa concordância e à vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

A Administração

Vítor Manuel Lopes Simões



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
SEDE

NIPC: 505 261 898 Capital social: 50 000 € S.R.O.C. nº 176

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE	4
2. ÂMBITO DOS TRABALHOS.....	5
3. ORGANIZAÇÃO DA EQUIPA DE TRABALHO	7
4. EXPERIÊNCIA EM TRABALHOS SIMILARES	8
5. CALENDARIZAÇÃO DOS TRABALHOS	10
6. DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO	10
7. RELATÓRIOS A EMITIR.....	11
8. HONORÁRIOS E VALIDADE DA PROPOSTA.....	12
 Anexo I – DECLARAÇÃO.....	 13
 Anexo II – PROPOSTA DE PREÇO.....	 16



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

1. APRESENTAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., foi constituída por escritura notarial de 7 de Março de 2001, encontrando-se inscrita na respetiva Lista sob o número 176 e tem por objeto social o desempenho de funções de revisão legal das contas, auditoria às contas e serviços relacionados, de empresas e de outras entidades, exercício de quaisquer outras funções que por lei exijam a intervenção própria e autónoma de revisores oficiais de contas sobre determinados atos ou factos de empresas e de outras entidades, consultoria em matérias que integram o programa do exame para revisores e exercício de demais funções definidas ou a definir na legislação aplicável aos revisores.

Inicialmente constituída sob a forma de sociedade de profissionais foi transformada em 01/08/2008 em sociedade por quotas e em 21/12/2009 em sociedade anónima.

A empresa tem escritórios na Guarda (sede), cuja responsabilidade está a cargo do Administrador Vitor Manuel Lopes Simões, ROC n.º 780, e em Coimbra e Viseu.

A estrutura de recursos humanos da nossa sociedade é constituída por 14 técnicos qualificados e quatro Revisores Oficiais de Contas.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 178

2. ÂMBITO DOS TRABALHOS

As nossas funções e responsabilidades como Revisores Oficiais de Contas são as constantes do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro. Na execução das nossas funções teremos também em atenção as disposições do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, bem como a legislação do sector da administração autárquica, nomeadamente a Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais¹, Competências e Funcionamento, dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias², Regime Jurídico das Autarquias Locais³, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas⁴ e toda a legislação orçamental relacionada.

O âmbito de intervenção está consignado no n.º 3 do artigo 76.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais que refere que os documentos de prestação de contas das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a Certificação Legal das Contas e Parecer.

De acordo com o disposto no artigo 77.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, compete ao auditor externo proceder anualmente à Revisão Legal das Contas, nomeadamente:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

¹ Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro

² Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro

³ Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

⁴ Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social 50.000 € * S.R.O.C. nº 178

- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;
- f) Pronunciar sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

O nosso trabalho de Auditoria Externa / Revisão Legal das Contas será desenvolvido em conformidade com as Normas e Diretrizes Técnicas emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, supletivamente, pelas Normas Internacionais de Auditoria.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.
SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C. nº 176

3. ORGANIZAÇÃO DA EQUIPA DE TRABALHO

Para a realização do âmbito e metodologia de trabalho a que nos propomos, serão envolvidos recursos humanos da nossa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que tem responsabilidade específica, na nossa estrutura, por execução de trabalhos nas Autarquias Locais e outros organismos públicos.

Victor Manuel Lopes Simões – Revisor Oficial de Contas / Coordenador

Será o responsável pela organização e coordenação do trabalho a desenvolver no âmbito da presente proposta. É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sobre o número 780. A sua dissertação de mestrado incidiu sobre a intervenção dos Revisores Oficiais de Contas na auditoria de entidades públicas. Desde o início de 2010 que integra, como vogal, o Colégio de Especialidade da Contabilidade Pública, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Possui uma vasta experiência em auditoria e consultoria em Portugal, tendo passado pelo sector público e desempenhado funções de administração e de docência no Ensino Superior e regular formador de Ordem dos Revisores Oficiais de Contas na formação de «Auditoria no setor público - O caso das autarquias locais».

Luís Júlio Brito Dias – Licenciado / Auditor - Supervisor

É licenciado em Economia pela Universidade da Beira Interior. Possui experiência em contabilidade e auditoria pública, passando pelo desempenho de funções de trabalho de campo, para além do processamento e tratamento de toda a informação contabilística e acompanhamento permanente.

Nuno Filipe Furtado de Almeida Fragona – Licenciado / Auditor - Assistente

É licenciado em Gestão e Técnico Oficial de Contas, inscrito na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas sob o número 50733. Possui experiência em contabilidade, auditoria, passando pelo desempenho de funções de trabalho de campo, junto das entidades, para além do processamento e tratamento de toda a informação contabilística.

Margarida Cecília Pais de Oliveira Carragoso – Licenciada / Auditora - Assistente

É licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Possui experiência em contabilidade e auditoria pública, passando pelo desempenho de



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C nº 176

funções de trabalho de campo, para além do processamento e tratamento de toda a informação contabilística e acompanhamento permanente.

Amandina Pires Nogueira – Licenciada / Auditora Assistente

É licenciada em Contabilidade e Gestão Financeira pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco. Será a pessoa responsável pelo apoio aos trabalhos realizados.

À equipa de campo, e em função do volume de trabalho e da avaliação dos riscos, poderão ser adicionados alguns elementos juniores ou supervisores.

4. EXPERIÊNCIA EM TRABALHOS SIMILARES

Tentamos associar os nossos serviços à vasta experiência profissional do pessoal afeto à equipa de trabalho responsável pelos trabalhos realizados no âmbito de auditorias ao setor público, quer em termos de contabilidade, como de procedimentos de controlo interno.

Indicam-se as entidades do setor Autárquico e entidades do Setor Empresarial Local que são acompanhadas por esta equipa de trabalho:

Entidade	Desde
Câmara Municipal da Guarda	2007 a 2013
Serviços Municipalizados da C. M. da Guarda	2007 a 2013
Câmara Municipal de Aguiar da Beira	2007
Câmara Municipal de Mêda	2007
Câmara Municipal de Fornos de Algodres	2014
Câmara Municipal de Sabugal	2007
Câmara Municipal de Mangualde	2014
Câmara Municipal de Manteigas	2013
Câmara Municipal de Pinhel	2014
Câmara Municipal de Nelas	2014
Câmara Municipal de Tábua	2014



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176

Entidade	Desde
Câmara Municipal de Tondela	2014
Câmara Municipal de Trancoso	2008
Câmara Municipal de Torres Novas	2010
Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	2013
Câmara Municipal de Vila de Rei	2014
Câmara Municipal do Fundão	2011
CulturGuarda, E.M.	2005
Guarda, Cidade Desporto, E.M.	1999
Hotel Turismo da Guarda, Lda.	2001 a 2010
Nova Covilhã, SRU, E.M.	2005
ABTT – Aguiar da Beira Termas e Turismo, E.E.M.;	2007
Caldas da Cavaca, S.A.	2009

Relativamente a auditorias externas e perícias judiciais ao sector publico:

Entidade	Em
Câmara Municipal de V. N. de Foz Côa	2010
Junta de Freguesia de Alcântara - Lisboa	2010
Junta de Freguesia de Freixedas	2007
Junta de Freguesia de Escarigo	2006

Temos ainda prestado um conjunto de prestações de serviços com vista à realização de uma Ação de Controlo a projetos aprovados e financiados, designadamente:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - Auditorias Externas – Verificações no Local (exercício de 2015);
- Comunidade Intermunicipal do Oeste - Auditorias Externas – Verificações no Local (exercício de 2015);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - Auditorias Externas FEDER – Controlo 1º Nível, nos exercícios de 2002 a 2010;



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C n.º 176

- d) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Auditorias Externas ao Programa Regional de Ações Inovadoras de Lisboa e Vale do Tejo – LISACTION – Controlo de 1º nível, nos exercícios de 2005 e 2006;
- e) POEFDS - Auditorias Externas FEDER – Controlo 1º Nível a nove projetos.

5. CALENDARIZAÇÃO DOS TRABALHOS

No seguimento do que temos vindo a referir, os nossos trabalhos de revisão / auditoria desenrolam-se de forma contínua ao longo do ano. Assim, a marcação específica dos dias em que se irão desenvolver os referidos trabalhos será agendada com a entidade, por comum acordo, desde que não comprometa os prazos para a apresentação da informação.

Nesse sentido, os trabalhos serão planeados em conjunto com os serviços administrativos e financeiros da entidade. Em particular, consideramos fundamental o apoio dos serviços no sentido de produzirem a informação contabilística necessária ao desempenho das nossas funções.

6. DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Após a conclusão do trabalho de campo e a fim de podermos emitir os nossos pareceres teremos que obter sob a forma escrita uma declaração de assunção de responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

É da competência do Órgão de Gestão garantir que não foram praticados, nem omitidos, quaisquer atos ou factos, realizadas operações ou assumidos compromissos com ela relacionados, afetando ou não o seu património, que não tenham sido transmitidos ao auditor externo e aos serviços competentes para o devido registo, quer para tratamento contabilístico, quer para outro tratamento adequado.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176

A referida declaração deve ser datada com a data da certificação legal das contas (individuais e consolidadas) ou do relatório de auditoria a emitir e tem como finalidade resumir no final do exercício todas as informações relevantes que digam respeito às demonstrações financeiras.

7. RELATÓRIOS A EMITIR

Os relatórios a emitir, em língua portuguesa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro, com as Normas e Diretrizes Técnicas emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, são:

- i) **Certificação Legal das Contas** – emitida para efeitos do disposto nos artigos 76.º e 77.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e de acordo com as disposições constantes na DRA700 - Relatório de Revisão/Auditoria e DRA873 - Autarquias Locais e Entidades Equiparadas.
- ii) **Parecer sobre a Situação Económica e Financeira Semestral** – emitido para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, relativamente às contas do primeiro semestre.
- iii) **Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria** – comunicação efetuada ao órgão de gestão relativamente ao estado dos trabalhos (sem data específica), assuntos que o auditor externo tenha tomado conhecimento na execução dos trabalhos, eventuais dificuldades encontradas, principais conclusões sobre trabalhos substantivos efetuados sobre as demonstrações financeiras finais, explicações mais detalhadas sobre as reservas ou ênfases incluídas na certificação legal das contas ou relatório de auditoria emitidos (quando aplicável), comentários sobre erros, omissões, insuficiências ou inconsistências verificadas na revisão dos documentos de prestação de contas desde que não materiais e correspondentes recomendações, tendo em vista a eventual correção de forma tempestiva.
- iv) **Outros Relatórios / Pareceres** – emitidos para efeitos de quaisquer outras situações determinadas por lei.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Handwritten signature in blue ink.

8. HONORÁRIOS E VALIDADE DA PROPOSTA

Os honorários propostos foram calculados tomando como base o número de horas a despende e o grau de responsabilidade e a qualificação profissional das pessoas que esperamos vir a utilizar no planeamento, execução, supervisão e finalização do trabalho acordado.

Assim, face à natureza dos trabalhos, são propostos honorários no montante de 5.400 € (cinco mil e quatrocentos euros) acrescidos de IVA à taxa legal normal em vigor.

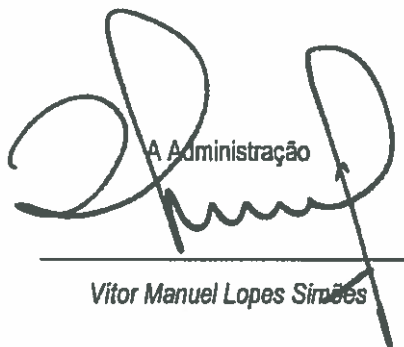
O valor proposto é respeitante à prestação de serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas de 2015 e mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços.

A faturação será emitida mensalmente.

O valor proposto inclui os honorários e todas as despesas com deslocações às instalações do Município de Vila de Rei, conforme previsto no número 3 da Cláusula 8ª do Caderno de Encargos.

A proposta é válida pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Guarda, 13 de Agosto de 2015

A Administração

Vítor Manuel Lopes Simões